



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

Daniel Piassa Giovanaz

RELATÓRIO
do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de *Projetos Experimentais*
Orientadora: Prof^ª Gislene Silva

Florianópolis
julho de 2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

DANIEL PIASSA GIOVANAZ

A educação de Pinochet

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a aprovação na disciplina **Projetos Experimentais**, ministrada pela **Profa. Gislene Silva**, no primeiro semestre de 2013.

Orientador indicado: Prof. Mauro César Silveira.

Florianópolis
julho de 2013

AGRADECIMENTOS

Às famílias Piassa-Giovanaz e González-Henríquez, pelo carinho. A Giovanni Sandino, pela disposição para ajudar. A Camilo Ballesteros, Cristina Moyano, Evelyn González, Fabián Araneda, Juan Eduardo García-Huidobro e Mario Garcés, pelas entrevistas perdidas. A Mauro César Silveira, pelos comentários certos. Aos coletivos Frente Fotográfico Popular e Acción Propaganda, pela concessão de imagens de arquivo. A André Picolotto, Gian Kojikovski, Guilherme Pelizza, Mateus Boaventura, Matheus Lobo Pismel, Nathan Mattes Schäfer, Rodrigo Simões Chagas e Tito Luis Pereira, pela amizade e colaboração no retorno ao Brasil. A Vivian Valentim de Souza, pela sensibilidade.

SUMÁRIO

1. ESCOLHA DO TEMA	5
2. CONTEXTO HISTÓRICO	
3. CONTEÚDO	
4. DETALHAMENTO TÉCNICO	
5. PROCESSO DE PRODUÇÃO	
5.1. Pré-projeto	
5.2. Reportagem em situações de risco	
5.3. Entrevistas	
5.4. Edição e finalização	
6. CUSTOS	
7. COLABORAÇÕES	
8. APRENDIZADO	
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRAFIA	
FILMOGRAFIA	

1. ESCOLHA DO TEMA

A ditadura pinochetista tornou-se uma das minhas principais áreas de interesse a partir de 2011, quando residi no Chile por seis meses para realizar um intercâmbio na Universidade de Santiago – minha estadia coincidiu com a época das maiores manifestações estudantis da história do país. Se, por um lado, foi lamentável não poder cursar disciplinas formalmente, devo reconhecer que tive a sorte de participar de pelo menos quinze marchas pela educação.

Durante o intercâmbio, chamou-me a atenção que, diferentemente do que ocorre no Brasil, o regime militar continua produzindo consequências evidentes no cotidiano dos chilenos. O legado de Augusto Pinochet sobrevive não apenas nas conversas, nas memórias e sequelas físicas, mas também no próprio texto da Constituição – herança do período de maior autoritarismo e repressão política.

Quando retornei a Florianópolis, estava motivado a gravar uma reportagem sobre as cicatrizes do regime pinochetista 40 anos após o golpe militar. Em poucas semanas, fui convencido de que minha formação e minha pouca idade não me permitiriam produzir um material tão valioso e contundente como houvera projetado. Pareceu-me mais recomendável debruçar-me sobre um tema específico, e a partir dele demonstrar como os resquícios da ditadura seguem vivos no país. O assunto sobre o qual eu estava mais bem informado naquele momento era o movimento estudantil, e concluí que um documentário sobre o modelo educacional chileno seria uma forma eficiente e viável de cumprir meus propósitos.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Augusto José Pinochet Ugarte assumiu o governo do Chile em setembro de 1973, após um golpe militar que resultou na morte do presidente eleito Salvador Allende Gossens. Segundo Sader (1991), o golpe representou a substituição do governo mais democrático da história da América Latina por um regime autoritário, baseado na tortura e na violência sistemática. A partir de então, o Chile foi submetido a uma série de transformações neoliberais, cujo eixo principal era as chamadas “sete modernizações”. Estas incluíam a privatização de setores como previdência social, saúde e educação, por exemplo. (SADER, 1991, p. 66-71).

Em 1981, o governo transferiu aos municípios a responsabilidade de controlar os recursos das escolas de 1º e 2º graus e passou a financiar a criação de instituições de ensino particulares, por meio de um novo modelo de subvenção (CASTRO; CARNOY, 1997, p. 25). Assim, o ensino básico no Chile dividiu-se em três modalidades: escolas particulares pagas, escolas públicas municipais, e escolas particulares subvencionadas – estas logo se tornaram as mais numerosas.

As escolas particulares subvencionadas recebem verba estatal de acordo com a quantidade de alunos matriculados. Essa lógica, a partir de 1980, passou a valer também para os municípios. Para Almonacid (2004), o objetivo dessa política descentralizadora era criar um “quase-mercado educacional”, em que a oferta do ensino seria condicionada pela demanda. Como se ofereceu uma nova alternativa à escola pública, muitos pais preferiram matricular seus filhos em estabelecimentos particulares financiados pelo governo, que prometiam melhor qualidade de ensino. Obviamente, quanto menos alunos matriculados, menos verba: logo, a educação municipal foi engolida pela educação subvencionada.

Ao analisar resultados divulgados em 2006 pelo *Sistema de Medición de Calidad de la Educación* (SIMCE), Redondo (2008) conclui que as escolas particulares são piores que as municipais, e que a criação de um mercado educacional nunca representou um bom caminho para melhorar a qualidade e a equidade da educação no Chile.

No geral, o desempenho estudantil não melhorou, apesar da alegada maior eficiência das escolas particulares. O fluxo de novos recursos dos setores privado e público locais para o ensino médio e superior não compensou os cortes efetuados nos gastos do governo central, originando uma crise de acesso para os estudantes de renda mais baixa e uma crise de qualidade para todos, com exceção dos grupos sócio-econômicos mais abastados (CASTRO; CARNOY, 1997, p. 26).

Brunner (1984) aponta que o governo militar, comandado por Augusto Pinochet, havia estipulado quatro estratégias para criar uma nova cultura política no Chile: disciplinamento da sociedade, despolitização da comunicação, integração através do mercado e socialização estamental. Esta última encontraria seu ponto de apoio a longo prazo justamente no campo do ensino. O modelo educacional pinochetista, segundo ele, fora desenhado especialmente para reproduzir diferenças culturais e de origem social. Para Prieto (1984, p. 267), a reforma educacional potencializou a segregação social no país, dificultando ou impedindo o acesso à escola aos alunos com condição socioeconômica mais desfavorável. Além disso, há indícios de que esse processo de privatização e municipalização do ensino também “minava o poder do esquerdista sindicato nacional dos professores e ajudava o regime a fazer um expurgo nos professores, nas bibliotecas e nos currículos escolares” (WINN, 2009, p. 191).

Ao final da ditadura militar, o governo chileno reconheceu oficialmente as falhas do modelo de educação pinochetista e deu início a uma contrarreforma, orientada desta vez para promover a equidade. Iniciado em 1990, o programa P-900 é um exemplo de medida que ajudou a melhorar o aproveitamento em estabelecimentos de ensino cujo desempenho dos alunos era considerado deficiente. (CASTRO; CARNOY, 1997, p. 27-28). Mella (2003) assinala que, apesar desse esforço, a distância entre os colégios particulares pagos, os colégios particulares subvencionados e os colégios municipais não apenas se manteve após o fim do regime militar, como parece ter aumentado. O

autor afirma que o sistema educacional chileno é injusto e precisa ser repensado com urgência, porque é um canal de aproveitamento para quem deseja lucrar com a educação.

Segundo Zibas (2002, p. 236), o governo eleito de Patricio Aylwin (1990-1994), o primeiro pós-Pinochet, protegeu o sistema particular até mais do que a ditadura, porque autorizou as instituições particulares subvencionadas a cobrar mensalidades dos alunos sem que isso se traduzisse em diminuição substantiva da subvenção.

A resposta da população à postura adotada pelos governos democráticos veio em 30 de maio de 2006, quando estudantes secundaristas tomaram suas escolas, organizaram passeatas em todo o país e sintetizaram um discurso político que ficara ausente do cenário estudantil chileno por três décadas. O movimento, chamado pela mídia internacional de Revolta dos Pinguins, conseguiu que o Ministério da Educação assinasse um novo pacto educacional, mas as reivindicações relacionadas ao fim do lucro na educação não foram atendidas. As tentativas de rearticulação, em 2007, fracassaram (ZIBAS, 2008).

Após um hiato de mais de quatro anos, os estudantes voltaram às ruas em 28 de abril de 2011. Durante seis meses, eles organizaram 40 passeatas e promoveram paralisações nacionais exigindo gratuidade na educação pública. Contudo, segundo notícia publicada no portal UOL Notícias em 27 de outubro de 2011, tampouco houve mudanças estruturais no atual modelo: não há universidades gratuitas, e só 40% dos jovens frequentam escolas públicas grátis, cuja qualidade é inferior às escolas pagas¹.

O atual presidente Sebastián Piñera declarou em setembro do ano passado que é contrário à estatização do sistema educacional, alegando que isso seria um atentado à qualidade e à liberdade. Em um pronunciamento oficial em 31 de agosto de 2011, o presidente declarou que está descartada a possibilidade de haver educação gratuita para todos os chilenos.

Em 2013, após um ano de desmobilização, os estudantes promoveram novas marchas e ocupações de escolas e universidades em todo o país. A principal exigência é que o Estado passe a destinar ao ensino público – e não às instituições particulares – a maior parte do orçamento para a educação.

3. CONTEÚDO

O documentário é baseado em 14 depoimentos, editados e dispostos cronologicamente de acordo com o assunto tratado em cada entrevista. O ponto de partida, após uma abertura semelhante a um *trailer* de cinema, é uma breve análise das

¹ Chile: 6 meses de protestos estudantis com poucos avanços e Piñera desgastado. UOL Notícias, 27/10/11. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/10/27/chile-6-meses-de-protestos-estudantis-com-poucos-avancos-e-pinera-desgastado.htm>>. Acesso em: 28 out. 2012.

políticas educativas do governo de Salvador Allende (1970-1973), que precedeu o regime militar.

A primeira parte da narrativa é conduzida principalmente por pesquisadores, que explicam e analisam os efeitos da Constituição Política de 1980 e da Lei de Universidades de 1981. Alfredo Prieto, ministro da Educação entre 1979 e 1982, é a única fonte que se dedica a defender os objetivos de tais reformas.

Os depoimentos de Isabel Rivera e Luis Canales Cabello são exibidos com trilhas sonoras próprias, para relevar a pessoalidade de suas declarações e insinuar uma pausa na temporalidade da narrativa. Rivera apresenta o drama das mulheres que decidiram ocupar o colégio municipal República Dominicana para impedir seu fechamento em dezembro do ano passado, e Cabello relembra o confronto entre estudantes e policiais durante a ocupação da Casa Central da Universidade do Chile em 1985.

Somente após dez minutos de vídeo, aparece o primeiro depoimento de um estudante: Manuel Erazo, porta-voz do Movimento de Estudantes da Educação Superior Privada (Mesup), que apresenta os problemas de desregulação e endividamento das famílias chilenas. As entrevistas dos militantes estudantis tornam-se predominantes no documentário somente após a segunda metade do vídeo, em que começam as discussões sobre o fim da ditadura e a explosão do movimento pela educação pública em 2006 e 2011.

Inicia-se, então, uma reflexão acerca da violência nos protestos estudantis e dos possíveis avanços do movimento nos últimos sete anos – é quando aparecem as imagens mais pujantes do documentário, gravadas durante conflitos entre manifestantes e policiais. As últimas entrevistas são uma mirada em direção ao futuro e às perspectivas de novas reformas educacionais.

O depoimento que encerra A Educação de Pinochet é do pesquisador Rodrigo Cornejo, e resume as principais questões levantadas durante o vídeo através de uma teoria que ele próprio chamou de paradoxo chileno: a necessidade da mobilização aliada à consciência da dificuldade de se produzir mudanças políticas.

4. DETALHAMENTO TÉCNICO

A Educação de Pinochet foi gravado com uma câmera portátil modelo Panasonic VM-700m, em formato AVCHD, com resolução 1920x1080 pixels e cadência de 24 quadros por segundo – a versão final foi editada em formato H.264 (.mp4). O vídeo foi gravado em Santiago e quase todas as cenas são de autoria própria, com exceção das imagens de arquivo concedidas pelos coletivos Acción Propaganda e Frente Fotográfico Popular. O documentário também contém um fragmento em áudio de um discurso oficial do presidente Sebastián Piñera, que está disponível via internet e não possui direitos sobre sua utilização.

O idioma oficial do documentário é o português, e as entrevistas possuem legendas traduzidas. Foram utilizados textos de apoio, que também estão em língua portuguesa. Como previsto no pré-projeto, não se utilizou a leitura de textos em *off*.

A voz do entrevistador aparece somente no penúltimo fragmento de entrevista, em um breve diálogo com o ex-Ministro da Educação Alfredo Prieto. A legenda contém um travessão como forma de diferenciação dos depoimentos das fontes.

O tempo de duração do vídeo é 38 minutos, sem divisão em blocos. A trilha sonora possui violão e piano, e foi composta e executada com a colaboração da musicista Vivian Valentim de Souza.

5. PROCESSO DE PRODUÇÃO

5.1. Pré-projeto

O pré-projeto foi elaborado no segundo semestre de 2012, e exigiu cerca de três meses de pesquisa bibliográfica. O professor orientador Mauro César Silveira foi contatado em outubro, e um mês depois atestou a viabilidade do projeto.

Em cumprimento ao cronograma, os meses de janeiro e fevereiro de 2013 foram utilizados para a aquisição da câmera de vídeo, do microfone, do tripé e da passagem de avião para Santiago. Duas semanas antes da viagem, foi realizado o primeiro contato via correio eletrônico com as fontes consideradas mais importantes.

5.2. Reportagem em situações de risco

Antes da viagem, alguns chilenos haviam me recomendado a não dar detalhes à Polícia de Investigações (PDI) sobre o trabalho que realizaria, pois isso poderia impedir minha entrada no Chile. Então, quando desembarquei em Santiago, preenchi o formulário de imigração como turista, e não mencionei os motivos reais da visita ao país. Logo, fui interrogado sobre os equipamentos de gravação em minha bagagem, e tive que reiterar minha condição de turista para que fosse liberado. Avisaram-me, no entanto, que a bagagem seria “inspecionada minuciosamente” antes de embarcar de volta ao Brasil.

No dia 7 de março, três dias após minha chegada, realizou-se uma marcha pela educação na Praça Itália. A manifestação não estava autorizada pela Intendência Metropolitana, e por isso houve forte repressão aos 500 estudantes secundaristas que se reuniram na Praça Itália, na região central da cidade. Foi muito difícil captar imagens daquele protesto, porque nem aos estudantes nem à polícia interessava que eu registrasse as cenas de violência de ambos os lados. Outro empecilho foram os gases lacrimogêneos e os jatos d’água utilizados pelos *carabineros* para conter os manifestantes – para fazer uma boa gravação, é necessário permanecer alguns instantes

parado, e isso aumenta o risco de ser detido pela polícia, perder os sentidos temporariamente devido aos gases, ou ainda de ter a câmera danificada pela água.

Desde 2011, quando acompanhei as primeiras marchas pela educação no Chile, temia ser detido pelos *carabineros* – a Constituição de 1980 proíbe estrangeiros de participarem de quaisquer formas de protesto. Porém, as imagens das manifestações eram indispensáveis para o projeto, e foi preciso conviver com o risco iminente de deportação.

Na manhã de 28 de março houve uma nova marcha em Santiago, e por pelo menos 30 minutos não houve conflitos com a polícia, o que facilitou as gravações. Ainda naquele dia, porém, descobri através de um amigo que eu fora “fichado” no aeroporto durante a minha chegada, porque membros da PDI desconfiaram que eu estivesse no país trabalhando de maneira ilegal.

Embora o cronograma previsse 42 dias de trabalho, passei a preocupar-me com minha condição irregular como estrangeiro, e deixei o país ao final de um mês. Para não correr o risco de ter os vídeos apreendidos no setor de emigração do aeroporto, decidi retornar de ônibus ao Brasil. Ao final, não tive minha bagagem inspecionada, e nem sequer fui interrogado pela polícia de fronteiras.

5.3. Entrevistas

A lista de entrevistados que consta no pré-projeto era apenas preliminar. Após um trabalho de apuração mais detalhado, elaborei uma nova lista de possíveis fontes. Os nomes mudaram, mas permaneceu a intenção de entrevistar dirigentes estudantis, professores, pesquisadores e pais de alunos.

Entre as fontes que não estavam absolutamente previstas, três foram utilizadas no documentário: Hugo Fazio, doutor em Economia e vice-presidente do Banco Central durante o governo de Salvador Allende; Alfredo Prieto, advogado e ex-ministro da Educação durante o governo de Augusto Pinochet; e Luis Canales, ex-militante estudantil e membro da ocupação da casa central da Universidade do Chile em 1985.

O depoimento do ex-ministro Alfredo Prieto não deve ser entendido como uma tentativa de colocá-lo contra a parede, ou de dar-lhe um direito de resposta sobre as reformas educacionais de 1980 e 1981. As razões que me levaram a entrevistá-lo foram sua importância histórica e sua autoridade para discorrer sobre o tema. Em uma avaliação posterior, considero que seu depoimento cumpriu com o intuito do documentário e contribuiu para problematizar as políticas educativas da ditadura.

A entrevista de Hugo Fazio se sustenta também por seu valor histórico, mas principalmente pela credibilidade de sua figura como estudioso da ditadura no Chile. O ex-militante Luis Canales, por sua vez, contribui para demonstrar que o movimento estudantil estava vivo durante o regime militar, mas que a truculência da polícia e do Estado impediam sua livre manifestação.

Infelizmente, não foi possível entrevistar três lideranças do movimento estudantil de 2011, porque eles serão candidatos a cargos no Poder Legislativo nas próximas eleições. Os assessores de comunicação dos partidos desmarcaram as entrevistas, ou responderam prontamente que a agenda estava cheia.

5.4. Edição e finalização

Sete horas de entrevistas e 50 minutos de gravações em protestos: a seleção dos materiais foi a etapa mais difícil.

O primeiro e mais evidente motivo foi o excesso de imagens e depoimentos para transcrever. Dos 22 entrevistados, excluí inicialmente três: os dirigentes Camilo Ballesteros e Fabián Araneda, e o pesquisador Mario Garcés, por problemas técnicos na captação do áudio. Depois, decidi não aproveitar os depoimentos de outros dois pesquisadores, Juan García-Huidobro e Cristina Moyano, porque avaliei que o conteúdo de suas declarações era acessório. Ainda assim, 17 fontes pareceu-me um número excessivo para um documentário cuja duração estimada era de 35 a 40 minutos. Por isso, decidi não utilizar na edição final três entrevistas gravadas na inauguração de uma escola popular comunitária fundada por ex-membros do movimento estudantil de 2011.

O excesso de informações e a complexidade do conteúdo causaram uma segunda dificuldade, que foi o encadeamento das entrevistas. A projeto não previa inicialmente narrações em *off*, portanto foi necessário utilizar textos de apoio para os separar blocos de informação e atribuir sentido a algumas declarações.

O terceiro problema foi meramente técnico. Os arquivos estavam gravados em alta definição, e o desempenho do programa de edição de vídeo Adobe Premiere depende em muito de uma placa de vídeo e de uma memória interna superiores às quais eu dispunha. Vinte dias antes da entrega do projeto, meu computador teve uma inesperada pane, corrompendo os projetos iniciados e exigindo que a edição fosse reiniciada. Decidi, então, editar o vídeo em uma qualidade inferior à original e em outro computador, evitando novos colapsos às vésperas do prazo de entrega.

Reconheço, portanto, que a falta de informação prévia sobre tais questões técnicas impediram-me de fazer um trabalho mais cuidadoso e minucioso de finalização. É perceptível mesmo a um espectador comum que isso comprometeu a qualidade do produto final – especialmente no que se refere a determinados cortes de cena e à fluidez dos movimentos, que ficaram prejudicados em relação às gravações originais.

6. CUSTOS

O custo final da realização do projeto foi de aproximadamente R\$ 3.070,00 (três mil e setenta reais), montante que corresponde à soma dos valores investidos em:

Equipamentos de gravação - R\$ 1.920,00 (mil novecentos e vinte reais).

Passagens de ida e volta: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Hospedagem e alimentação: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Locomoção em Santiago: R\$ 110,00 (cento e dez reais).

7. COLABORAÇÕES

Como havia sido estipulado no pré-projeto, o documentário utilizou-se de imagens de arquivo das manifestações dos últimos cinco anos. Os materiais em vídeo foram cedidos pelo coletivo de comunicação Acción Propaganda, e as fotografias são de autoria da organização Frente Fotográfico Popular. No total, foram aproveitados 1'25" de vídeo e seis fotografias.

A composição da trilha sonora também foi feita em conjunto. A gravação do piano é de autoria de Vivian de Souza.

8. APRENDIZADO

Os trinta dias em que estive em Santiago, realizando entrevistas e fazendo as gravações de A Educação de Pinochet, proporcionaram-me uma experiência de reportagem intensa e de muito valor. Naquele período, reafirmei meu desejo de atuar como repórter e, principalmente, senti-me capacitado para realizar um bom trabalho de apuração mesmo em condições adversas – em um país que não fala a língua portuguesa e sob o risco de detenção. Esse desempenho satisfatório é certamente resultado da aplicação dos conteúdos aprendidos ao longo dos oito semestres de graduação, em disciplinas como Tecnologia em Telejornalismo, Teoria da Comunicação I e II e Telejornalismo I e II.

No retorno ao Brasil, dei-me conta de como havia sido importante pensar o projeto audiovisual em sua totalidade, estipulando os prazos e custos de cada etapa de produção. Somente por isso, foi possível finalizar o documentário na data prevista, apesar dos problemas técnicos enfrentados durante a edição.

Porém, mais importante do que as ponderações acima, foi ter aprendido que a qualidade do produto final é sempre inferior ao que projetamos ao início de qualquer projeto. Em cada etapa do trabalho, identifiquei minhas inúmeras limitações técnicas e minha incapacidade de compreender os acontecimentos em sua totalidade: descobri, finalmente, que jamais poderei deixar de lado as frustrações, os dilemas e as insatisfações, porque são todos inerentes ao ofício do jornalismo.

REFERÊNCIAS

- ALMONACID, Claudio. Un cuasi mercado educacional: la escuela privada subvencionada en Chile. **Revista de educación**, v. 333, p. 165-196. jan. 2004. Disponível em: <<http://www.doredin.mec.es/documentos/008200430336.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2012
- BRUNNER, José J. La cultura política del autoritarismo. **Revista mexicana de sociología**. v. ?. jan. 1983, p. 211-228 Disponível em: <<http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/publicos/1983/libro/000035.pdf>>. Acesso em 30 out. 2012.
- CASTRO, Claudio M. e CARNOY, Martín (orgs.). **Como anda a reforma da educação na América Latina?** Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GARCIA, Marco A. No fim da Alameda: Chile, passado & presente. **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 2, p.?. mar./jun. 1984.
- MELLA, Orlando. La necesaria reforma de la reforma educacional. **Revista digital Umbral 2000**, v. 12, p. ?, mai. 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.uahurtado.cl/ujah/reduc.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2012.
- PRIETO, Iván N. **Transformaciones educacionales bajo el régimen militar**. Santiago de Chile: PIEE, 1984.
- REDONDO, Jesús. **El fraude de los colegios particulares**. Santiago: OPECH, 2007. Disponível em: <http://www.opech.cl/editoriales/2007_05/fraude_colegios_particulares.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- SADER, Emir. **Chile (1818-1990): Da independência à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Unesp, 2009.
- ZIBAS, Dagmar M. L. A reforma do ensino médio no Chile: vitrina para a América Latina?. **Cadernos de Pesquisa**. v. 115. p. 233-262. mar. 2002.
- ZIBAS, Dagmar M. L. A Revolta dos Pinguins e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13. n. 38. p. 199-220. mai./ago. 2008.
- Chile: 6 meses de protestos estudantis com poucos avanços e Piñera desgastado**. UOL Notícias, 27/10/11. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/10/27/chile-6-meses-de-protestos-estudantis-com-poucos-avancos-e-pinera-desgastado.htm>>. Acesso em: 28 out. 2012.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra. 30ª edição. Rio de Janeiro, 2007.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

JESPERS, Jean-Jacques. **Jornalismo televisivo**. Coimbra: Minerva, 1998.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1990.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus, 2005.

PENAFRIA, Manuela. **O filme documentário. História, identidade, tecnologia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

FILMOGRAFIA

LA REVOLUCIÓN DE LOS PINGUINOS. Direção de Jaime Díaz Lavanchy. Santiago: 2008. 85 min.

LA EDUCACIÓN PROHIBIDA. Direção de Germán Doin. Buenos Aires: 2012. 145 min.

NO. Direção de Pablo Larraín. Santiago: 2012. 118 min.

PRO DIA NASCER FELIZ. Direção de João Jardim. Rio de Janeiro: 2006. 88 min.

FICHA DO TCC		Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2013.1			
ALUNO	Daniel Piassa Giovanaz			
TÍTULO	A educação de Pinochet			
ORIENTADOR	Mauro César Silveira			
MÍDIA	<input type="checkbox"/>	Impresso		
	<input type="checkbox"/>	Rádio		
	<input checked="" type="checkbox"/>	TV/Vídeo		
	<input type="checkbox"/>	Foto		
	<input type="checkbox"/>	Web site		
	<input type="checkbox"/>	Multimídia		
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica (<i>monografia</i>)		
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional (<i>manuals, guias...</i>)		
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa) (<i>seja empresarial, comunitária etc</i>)		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:	
	<input type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem () <i>se sim</i>	() Florianópolis () Brasil () Santa Catarina (X) Internacional () Região Sul País: <u>Chile</u>	
ÁREAS	Educação, Política, Ditadura, Chile			
RESUMO	Este projeto de documentário em vídeo problematiza as consequências da reforma do sistema educacional chileno, iniciada em 1980. Na ocasião, o governo militar começou a repassar a gestão das instituições de ensino do país à iniciativa privada, tornando predominante o modelo de educação particular subvencionado. Com depoimentos de pesquisadores, lideranças do sindicato de professores, do conselho de reitores e de diversas federações de estudantes do Chile, o trabalho apresenta questionamentos a esse modelo e discute as demandas e perspectivas dos protestos estudantis da última década.			